

# Justiça avaliza moradia de invasores

*Juizes concedem a moradoras da Estrutural garantia de que suas casas não serão invadidas pela polícia. Governo vai cassar liminares*

Igor Germano  
Da equipe do **Correio**

O desembargador Dácio Vieira concedeu liminar (decisão provisória) a duas moradoras da Estrutural que pediram garantias de que suas casas não seriam invadidas nem derrubadas pela polícia. Baseado no artigo 5º, inciso XI, da Constituição, o desembargador justificou a decisão alegando que as moradias construídas na área são invioláveis como qualquer casa construída regularmente.

De acordo com a liminar, desde a noite de sexta-feira só se pode entrar nas casas de Cristiane do Carmo Gomes e Gleicimar Soares da Silva com o consentimento delas. Enquanto não for julgado o mérito da questão, a determinação perde a validade apenas em casos de flagrante delito, desastre, prestação de socorro, ou durante o dia, por determinação judicial. Mais uma liminar, redigida à mão e concedida pelo desembargador Lécio Resende a outra moradora da Estrutural na noite de sexta-feira, também garantiu a inviolabilidade da casa de Maria do Socorro Silva Santos. O governo vai pedir a cassação das três liminares nos próximos dias.

## ÁREA PÚBLICA

O procurador geral do Distrito Federal, Marcelo Alencar, questionou os argumentos apresentados por Dácio Viera no texto em que justifica a decisão. “A casa é um espaço inviolável desde que seja construída numa área apropriada”, afirma Alencar. “As casas construídas na Estrutural ocupam área pública e ninguém pode construir moradias em áreas públicas.”

Alencar espera que o desembargador Dácio Vieira reconsidere a decisão. Frustrada a expectativa, garante que o governo vai entrar com um agravo de regimento ou um pedido de suspensão de segurança (cassação da liminar) ainda esta semana.

Dácio Vieira ressalta no texto que a liminar não inibe o exercício regular do poder de polícia, desde que mantida a inviolabilidade das casas das duas moradoras. De acordo com a vice-presidente da Associação dos Moradores da Estrutural (Asmoes), Marlene Mendes, a notícia só chegou na Estrutural na noite

de domingo e foi recebida com festa pelos moradores. A expectativa é de que a decisão abra o precedente para que outros pedidos de liminares sejam aceitos pela justiça.

“Se a decisão for mantida, pode-se abrir um precedente perigoso”, argumenta Alencar. “Uma pessoa que, por exemplo, construir um barraco em frente do Congresso Nacional poderá alegar que aquela é sua casa e, por isso, inviolável. Seguindo esse raciocínio, qualquer um poderá construir um casa no Parque da Cidade ou em qualquer outra área pública. Há vários casos idênticos aos da Estrutural em que a Justiça garantiu a desocupação de áreas públicas.”

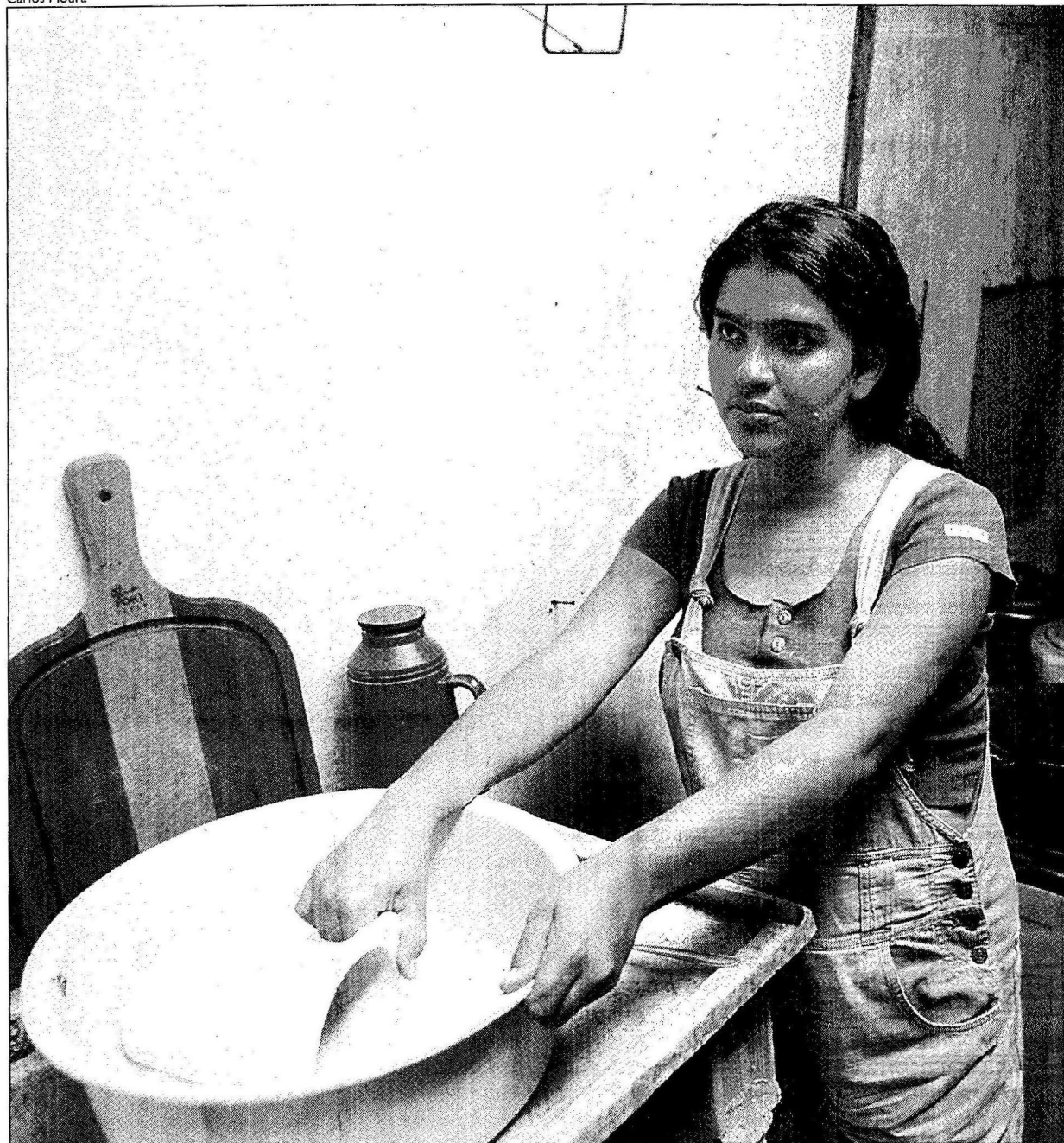
## COMPROMISSO

Segundo o deputado distrital José Edmar (PMDB), as 1.756 famílias que moram na Estrutural e possuem o Termo de Compromisso — assinado no dia 31 de janeiro pela Asmoes e o Governo do Distrito Federal — têm o direito de permanecer na área. O documento foi assinado para que os invasores ficassem provisoriamente na área da Baixa Estrutural.

Marcelo Alencar afirma que o Termo de Compromisso não garante a permanência dos moradores. “O Termo de Compromisso não quer dizer que as pessoas foram assentadas no local. Ele foi assinado com o objetivo de garantir a remoção pacífica dos moradores para a Baixa Estrutural e posteriormente para o Recanto das Emas. Mas os moradores não cumpriram a parte do acordo e continuaram na invasão.”

A governadora em exercício, Arlete Sampaio, considerou equivocada a decisão dos desembargadores. Ela confirmou a intenção de retirar todos os moradores do local, mas disse que o governo está aberto a negociações. “Teremos boa vontade para resolver o problema de todas as pessoas que estão ali e que têm, efetivamente, um problema habitacional”, garantiu. Arlete não descartou a possibilidade de aumentar a oferta de lotes para os moradores que aceitarem a transferência. Até o início da tarde de ontem, pelo menos 2 mil famílias haviam se cadastrado no posto da polícia militar na Estrutural para concorrer aos 500 lotes no Riacho Fundo II oferecidos pelo governo.

Carlos Moura



Cristiane Gomes: “A gente já não consegue dormir com medo de acordar com a polícia derrubando a casa”

## Família mora há cinco anos na invasão

Três dias depois da vitória na Justiça, Cristiane do Carmo Gomes, 23 anos, viu-se rodeada por moradores da Estrutural e jornalistas, como um símbolo da luta pela permanência no local. Grávida de oito meses e mãe de três filhos, ela disse que o pedido de liminar foi motivado pela preocupação com a segurança dos filhos.

Cristiane, o marido, os filhos e outros sete parentes moram na casa rodeada por um muro de cimento de mais de dois metros de altura. A casa de alvenaria ocupa o espaço de quatro lotes de 96 metros quadrados cada e não foi invadida em nenhuma das operações da polícia.

A madrastra de Cristiane, Ailza

Helena Gomes, de 49 anos, garante que tem a inscrição no Idhab (antiga Shis) desde 1975. Segundo ela, toda a família morava no apartamento 204 do bloco A da quadra 905 no Cruzeiro Velho. O pai de Cristiane, Carlos Alberto Gomes, sargento reformado do Exército, perdeu na Justiça o direito de morar no apartamento e foi despejado.

“Estamos há dois anos nessa casa e há cinco anos na Estrutural”, garante Carlos. “Temos muitos móveis da família guardados aqui em casa e gastamos muito dinheiro para construir tudo.”

Ailza afirma que já procurou o governo esperando uma solução para o problema e só recebeu pro-

messas. “Eu não quero viver essa vida. A gente já não consegue dormir com medo de acordar com a polícia derrubando a casa. A gente não agüenta mais ser despejado”, desabafa.

Depois das últimas operações da polícia na área, Cristiane conta que decidiu levar as crianças para a casa de parentes na Cidade Ocidental. “Temos a expectativa de regularizar nossa situação aqui na Estrutural”, diz Cristiane.

Toda a família se sente injustiçada pelo governo e parece confusa diante da possibilidade de deixar a casa construída ou mudar para outra área. “Nós até aceitamos pagar pelo lote”, garante Carlos.